



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO XI - Nº 197 - 2ª QUINZENA DE AGOSTO DE 2000 - R\$ 1,00

**A campanha eleitoral do PT é burguesa.
A campanha das esquerdas é eleitoreira.**

**O POR chama o
VOTO NULO
PROGRAMÁTICO**

**Pelo partido operário revolucionário
Pela Revolução Proletária
Pelo Governo Operário e Camponês**

60 anos do assassinato de Leon Trotsky

**Liberdade aos presos políticos do MST e sem-teto!
Fim dos processos contra os lutadores!**

**Governo acoberta corrupção burguesa:
só pode ser punida pelos tribunais populares**

**PLEBISCITO: PELO NÃO PAGAMENTO
DA DÍVIDA EXTERNA, SÓ COM LUTA**

Governo abafa os escândalos de corrupção

A divulgação das conversas entre o juiz Nicolau dos Santos e membros do alto escalão do governo expôs uma pequena parte dos esquemas de corrupção da burguesia. Foi exposta a rede de relações apodrecidas que rege o funcionamento do Estado capitalista e a classe exploradora. Há esquemas adaptados à legislação vigente, que permitem o envio de verbas ao exterior sem nenhuma fiscalização ou pagamento de impostos. Sem falar dos meios “não-legais” que essa mesma burguesia se utiliza.

O esquema de liberação de verbas para obras envolve os membros do poder legislativo (que votam os orçamentos), os membros do poder executivo (que assinam os papéis de liberação), e os membros do poder judiciário (que julgarão plenamente “legais” os procedimentos de apropriação do dinheiro público).

O envolvimento do presidente Fernando Henrique, de seu assessor direto (Eduardo Jorge) e de figurões parlamentares (senador Romeu Tuma) na fabricação de dinheiro para as obras superfaturadas do TRT de São Paulo colocou em risco a governabilidade. O des-

gaste do governo já é considerado elevado demais pelos políticos burgueses. Está se refletindo num provável alto índice de abstenção e votos nulos nas eleições que se aproximam, apesar de serem municipais e, portanto, mais sujeitas às pressões democráticas de resolução de problemas pela via do voto. O governo armou então uma operação de limpeza desse problema.

Primeiro, orientou os parlamentares para deixarem Brasília e irem às campanhas eleitorais em suas regiões. O esvaziamento do Congresso visa a implodir as possibilidades de instalação de uma CPI. Depois, reuniu e pressionou as procuradoras do Ministério Público à parte do Procurador Geral, o qual encabeçava as denúncias contra o governo. Enquanto isso, fez uma campanha contra este, acusando-o de pertencer ao PT. Depois chamou todos a depor: o resultado foi a inocentação de FHC e Eduardo Jorge e a condenação daqueles que já estão condenados: o juiz Nicolau e o senador Luiz Estêvão.

Com isso, o governo vai afastando essa crise, sem nenhuma resistência da

oposição reformista, que viu seus parlamentares envolvidos no trâmite de verbas para a obra.

Os explorados vêem que não é possível confiar nas instituições burguesas para julgar a própria burguesia. Justiça, parlamento e governo estão unidos na defesa dos capitalistas e de seus golpes e esquemas de corrupção. As denúncias são feitas como arma de barganha entre as gangues que governam o Estado. Assim que se chega a um acordo, são retiradas ou engavetadas. O problema da denúncia do TRT é que envolvia diretamente o governo, o presidente e com isso poderia agravar a crise política a um ponto insuportável. As CPIs só servem para dar atestados de honestidade a bandidos, ou para encontrar bodes expiatórios.

Os trabalhadores têm de se mobilizar ao redor de suas reivindicações, e construir tribunais populares para varrer com a burguesia corrupta.

Quer dizer, realizar suas assembleias, eleger seus representantes subordinados a elas e julgar e punir a burguesia com seus próprios métodos de luta e organização.

A importância do Congresso do MST

Entre os dias 7 e 11, realizou-se o Congresso do MST. Participaram mais de 10 mil delegados. O que expressa a presença das bases camponesas. Constou no temário a defesa de um projeto parlamentar que limita a extensão da propriedade fundiária a mil hectares, a “consulta popular” sobre a dívida externa, federalização dos crimes contra os direitos humanos, prisões políticas de sem-terra e CPI contra a corrupção no governo FHC. Foram realizados atos de protesto em defesa dos pontos acima descritos, um deles contra o intervencionismo norte-americano, de caráter imperialista.

A organização dos camponeses tem mostrado sua importância para a luta dos explorados contra os exploradores. O método das ocupações vem indicando ser a força dos camponeses. Por isso, eles têm arcado com brutais repressões policiais e ataques dos latifundiários armados. Nesse sentido, todos que se opõem à exploração capitalista e à opressão de classe têm o dever de saudar a presença dos dez mil delegados ao Congresso.

Entretanto, o temário expressa as ilu-

sões democráticas dos líderes do MST no Parlamento e nas possibilidades do Estado burguês vir a solucionar a questão camponesa. A limitação do tamanho do latifúndio para haver distribuição de terra entre os camponeses não passará de jogo parlamentar. A questão da terra em favor dos pobres do campo depende de uma revolução agrária que ponha fim à estrutura geral da propriedade latifundiária e que permita a nacionalização das terras. É claro que tal transformação democrática depende dos camponeses estarem aliados à classe operária na luta por um governo operário e camponês.

Um entrave para o desenvolvimento da luta no campo é o do domínio do reformismo petista e da sua burocracia sindical sobre o movimento operário. Essa mesma política está presente no MST. A política reformista impossibilita a unidade operária e camponesa para combater de conjunto a burguesia. Tal unidade se choca contra o Estado. Por isso, é revolucionária. Justamente a questão mais importante para os camponeses, que é de construir a aliança entre cida-

de e campo, ficou de fora do congresso. A orientação de reunir os desempregados das cidades para levá-los ao campo mostra bem a política equivocada da direção do MST. A tarefa é a de lutar para que voltem às fábricas, combatendo o desemprego. O que significa enfrentar a política reformista que domina os sindicatos operários e que impossibilita à classe operária enfrentar as demissões. O trabalho de organização dos operários contra os capitalistas implica na defesa do emprego. É por esse caminho que os pobres das cidades se unirão aos pobres do campo. O Congresso do MST perde uma grande chance de definir um norte estratégico para o movimento social.

Essa crítica deve ser tomada positivamente. Ou seja, defender a fundo a luta dos trabalhadores agrários pela terra, que implica participar de suas campanhas contra as prisões, em favor das ocupações, sustentação material etc. E ao mesmo tempo se opor ao falso caminho das ilusões democráticas burguesas, que inclui a política eleitoralista. É com esse objetivo que damos um “Viva ao Congresso do MST”.

Genocídio de Corumbiara não será punido pela Justiça burguesa

Depois de 5 anos do massacre dos sem-terra em Corumbiara, haverá o julgamento dos policiais e sem-terra Vejam que a Justiça burguesa coloca criminosos e vítimas sob a mesma circunstância.

O massacre de Corumbiara ocorreu em 9 de agosto de 1995. O governo montou uma farsa para o julgamento, que iniciou 14 de agosto de 2000, em Porto Velho. O julgamento vai tratar da morte dos dois policiais e de quatro sem-terra. Em relação aos outros 6 sem-terra, o juiz, Ênio Salvador Vaz, que fez a lista dos acusados, disse que, no "tiroteio, qualquer lado poderia tê-los matado". A Justiça governamental aponta dois líderes dos sem-terra, Cícero Pereira Leite Neto

e Claudenir Gilberto Ramos como os que deverão responder pelas mortes dos policiais.

Estamos diante de uma farsa do Estado burguês. O massacre dos camponeses é consequência da luta de classe. Trata-se de um crime da burguesia contra o movimento camponês. No sistema capitalista, o poder do Estado está coberto de direitos para matar trabalhadores que contestem a propriedade privada dos meios de produção e a exploração do trabalho.

O julgamento dos policiais serve de máscara para o direito dos capitalistas assassinares trabalhadores por intermédio das forças repressivas do Estado.

No final, quando muito, se dirá que houve algum excesso. O essencial ficará intocado: por detrás dos genocidas está a estrutura armada da burguesia e os governantes. Os trabalhadores não podem confiar um só fio de cabelo nos tribunais e na Justiça burguesas. Os crimes de classe da burguesia serão justificados através da luta revolucionária para destruir o poder dos capitalistas sobre o Estado e os meios de produção.

Trata-se de organizar o movimento de massa, avançar o método da ação direta, organizar os comitês de auto-defesa, de forma a criar as condições para se construir tribunais populares contra os crimes da classe dominante.

No momento da chacina, O Partido Operário Revolucionário denunciou e fez campanha pelos Tribunais Populares, para que as massas organizadas pudessem de fato julgar os crimes dos latifundiários e de seu governo. Publicamos abaixo o Manifesto divulgado na ocasião do massacre.

Massacre de camponeses sem-terra em Rondônia

Inicialmente, o governo da casa civil de Rondônia estimou 25 mortes de sem-terra na violenta desocupação realizada pela polícia militar da fazenda Santa Elina, tomada por mais de mil famílias. A Federação dos Trabalhadores da Agricultura denunciou cerca de 30 mortes e 200 feridos. A polícia fala de 9 mortos entre os sem-terra e de 2 policiais. Até o momento, não se tem o número preciso, uma vez que os sem-terra acusam os policiais de jogarem corpos no rio ou queimá-los. O fato é que não há como esconder o deliberado massacre.

Está comprovado que uma parte das mortes não foi em combate. Houve execução pelas costas. Não faltou a mais requintada crueldade, como a de obrigar o camponês Moacir Cargato a carregar os mortos e depois ser alvejado pelas costas. Adilson da Rocha, de 16 anos, já rendido, também foi fuzilado pelas costas, internado em estado grave. Os sem-terra narraram a selvagem tortura e o assassinato à paulada de um de seus irmãos de luta. Os 355 presos foram amarrados com corda de nylon e obrigados a marcharem 20 quilômetros, do local até Corumbiara. Entre os feridos, estão 55 internados em estado grave. Um dos líderes do movimento, Clademir Ramos, se encontra em coma com tiros na cabeça. Esta chacina foi confirmada tanto pela imprensa burguesa quanto pelos organismos de direitos humanos.

Estamos diante de mais uma violência reacionária do Estado capitalista contra trabalhadores. Os bárbaros assassinatos,

torturas e prisões são a forma do Estado assegurar o poder dos latifundiários, industriais, banqueiros e grandes comerciantes. O proprietário da fazenda ocupada é um rico capitalista de São Paulo, que especula com as terras. E as centenas de famílias camponesas reprimidas são trabalhadores expulsos de seus minifúndios ou filhos de camponeses desapropriados por latifundiários, que não têm como sobreviver senão lutando coletivamente pela posse do solo.

A atitude miserável das direções reformistas que controlam o movimento operário e camponês frente à chacina

Esse violento acontecimento é o resultado do choque entre camponeses e latifundiários. Não se trata de um conflito isolado. Por todo o país, existem ocupações de terra, inclusive no estado de São Paulo, e a luta de classes no campo se agudiza com a expulsão dos camponeses e crescimento da concentração da propriedade fundiária. A luta de classes no campo sempre foi das massas empobrecidas contra a oligarquia proprietária da maior parte das terras.

Chama a atenção o fato do MST, do PT, Contag, CUT e mesmo das correntes de esquerda, como o PSTU, não tomarem nenhuma medida de organização de uma campanha nacional de denúncia e mobilização contra a chacina e defesa da entrega

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

imedidata das terras. A demagogia dos representantes dos direitos humanos serve apenas para dar alguma justificativa aos trabalhadores mais conscientes, estarrecidos com a carnificina.

Não será através de comissões parlamentares ou coisa do gênero que se apurará os assassinatos e levará à conquista da terra. Está evidenciado que as direções que controlam o movimento camponês e operário condenaram a ocupação com resistência armada. Foram vários os pronunciamentos, publicados na imprensa burguesa, por representantes do MST, dizendo que a ocupação da fazenda Santa Elina ocorreu à parte dessa organização. Inclusive, no Jornal do Brasil, se delatou o nome de três dirigentes da ocupação, que foram expulsos do MST por defenderem o método da resistência armada.

Como vemos, os pacifistas que querem fazer a reforma agrária como resultado das migalhas que saem das mãos do governo burguês, protetor dos latifundiários, se submetem à violência reacionária do Estado capitalista, concretamente expressa na chacina de Rondônia. Um padre dessa região, ligado ao MST, teve o desplante de declarar que perdoava os sem-terra devido às suas condições de oprimidos e que só não perdoava o governo. Na verdade, essa hipocrisia do cristão estava perdendo justamente os opressores.

O PT participa no governo de Valdir Raupp (PMDB) na Secretaria da Agricultura e Reforma Agrária e outros cargos de confiança. Isso porque ajudou a eleger o governo que agora massacra camponeses. Sua atitude foi a de condenar em palavras a chacina, que certamente deveria estar nas suas previsões como secretário do governo.

O pedido da direção do PT para que o governo destituísse os militares responsáveis pelos acontecimentos mostra bem a miserável política dos reformistas. Agora, resolveu sair do governo para se descompromissar do derramamento de sangue. Nenhum movimento foi esboçado pelos reformistas eleitores de luta pela responsabilização do governo, condenação dos repressores e entrega das terras aos camponeses.

Por uma campanha de denúncia, condenação do governo e entrega das terras aos sem-terra Formar comitês permanentes contra a opressão social

A Tendência pelo Partido Operário Revolucionário se coloca totalmente a favor dos sem-terra, responsabiliza o governo burguês por defender os latifundiários e massacrar os camponeses, trabalha pela entrega das terras aos trabalhadores do campo e se coloca formação dos comitês contra a opressão social. É parte do programa do POR a organização da auto-defesa armada das ocupações, sem o que essas não poderão reagir à violência reacionária do Estado. Trata-se de organizar o movimento camponês sobre a base de uma rede de comitês agrários eleitos em assembleias e unificados nacionalmente entre si e com o movimento operário. É desta forma que se aumenta a capacidade das ocupações e da própria auto-defesa.

Temos demonstrado que a tendência da luta de classes no Brasil, e também no mundo, é de agudização, uma vez que o capitalismo está desembocando numa crise de proporções imensuráveis. Esse prognóstico nos leva à conclusão de que a burguesia e seus governos estão obrigados a intensificar a violência reacionária contra a maioria oprimida. A política refor-

mista de amenizar as enfermidades do capitalismo e sua conduta prostituída serão varridas pela polarização da luta de classes. O problema está em que o proletariado e os camponeses se encontram influenciados pelos reformistas, o que dificulta tremendamente os avanços organizativos e programáticos contra o Estado burguês. A chacina de Rondônia é o exemplo mais recente. Citamos ainda a ocupação militar das refinarias nas greves dos petroleiros. É por essa via que se desenvolverá a luta entre a maioria oprimida e a minoria opressora.

O POR, sabendo disso, chama à responsabilidade todas as correntes do movimento operário a romperem com a inércia, com as ilusões na democracia burguesa, com o aparelhismo burocrático sindical e se lançarem a constituírem os comitês contra a opressão social, que na verdade são embriões da Frente Revolucionária Antiimperialista e da aliança operária e camponesa.

Todo apoio aos sem-terra! Abaixo o governo sanguinário! Pela entrega das terras aos camponeses! Pela liquidação dos latifúndios através da revolução agrária e da aliança operária e camponesa! Organizar uma rede de comitês permanentes, por todo o país, contra a opressão social!

Manifesto do Partido Operário Revolucionário Governo massacra camponeses sem-terra em Rondônia

O massacre de Rondônia é apenas mais uma demonstração da violência dos latifundiários, sedentos de controlar cada vez mais terras, já não bastando o seu vasto domínio. Em regiões do norte e nordeste, a polícia e jagunços formam um único exército para proteger os latifúndios contra a massa camponesa sem-terra. Os governos são governos da oligarquia (uma minoria dona das terras) contra os camponeses pobres e demais oprimidos. O Estado está a serviço da expulsão dos agricultores despossuídos e proteção dos coronéis proprietários.

É esta relação de classe no campo que conduz os camponeses a lutar pela terra, que é a luta por sua própria sobrevivência, e que tem por resposta a sangrenta repressão, não importando se sobre homens, mulheres ou crianças. O massacre de Rondônia mostra essa realidade da ferrenha luta de classes.

Na cidade, onde está o operariado fabril, a situação não é diferente. O Estado, a polícia e o exército constantemente reprimem o movimento operário e popular. Lembremos as mortes de metalúrgicos da CSN de Volta Redonda pelo Exército. E agora recentemente a ocupação pelos tanques de guerra das refinarias de petróleo. Lembremos também da desocupação militar dos sem-teto da Vila Socialista, que deixou dois mortos.

A violência reacionária da burguesia contra os trabalhadores é a condição de sobrevivência dos latifundiários, industriais, banqueiros e grandes comerciantes, que formam a classe capitalista minoritária escravizadora do povo. Quanto mais o sistema econômico de exploração do trabalho aprofunda em sua crise, mais a burguesia e seu governo se lançam violentamente contra as massas, que já não conseguem sobreviver sem luta.

Nós trabalhadores temos meios e força para nos contrapor à barbárie capitalista. Temos a produção em nossas mãos. As fábricas e os campos se movimentam com nosso trabalho, a despeito de serem propriedades da burguesia minoritária. O que nos falta é organizar uma poderosa aliança operária e campo-

nesa. Ou seja, a unidade na consciência e na luta dos operários, camponeses pobres e classe média urbana arruinada contra a minoria exploradora e seu Estado opressor.

O governo de Rondônia e o governo federal de FHC sabem que podem manchar suas mãos de sangue, para favorecer uma família de ricos proprietários contra mais de 700 famílias de sem-terra, porque não terão como resposta imediata a convocação de uma greve geral, ocupações de fábrica e manifestações de rua. Sabem que ficarão impunes porque não existe uma aliança operária e camponesa capaz de se levantar em massa contra os opressores. Sabem que as direções dos sindicatos, da CUT, Força Sindical, CGT, MST não convocarão os explorados à luta. Sabem que essas direções corrompidas pelo capitalismo apenas condenarão em palavras o massacre. Que ficarão com uma mão agarrada à demagógica bandeira dos direitos humanos e com outra aos capitalistas.

Trabalhadores, os assassinatos dos camponeses é uma parte de nossa família de explorados arrancada à força. Não aceitemos passivamente esse crime de classe. Responsabilizemos o

governo e a burguesia pelo massacre. Exijamos que a CUT, sindicatos, associações e correntes políticas que se reivindicam dos trabalhadores organizem um movimento nacional dos explorados pela entrega das terras aos camponeses, pela punição dos responsáveis e por um plano de reivindicações contra a fome e a miséria, bem como contra a reforma pró-imperialista de FHC, que está privatizando as estatais, acabando com a aposentadoria por tempo de serviço, aumentando impostos sobre os assalariados, etc.

10/agosto/1995

Abaixo os massacres no campo!

Pela convocação de um tribunal popular, realizado pela CUT, sindicatos, associações de trabalhadores e correntes políticas do movimento operário, para punir os culpados!

Por um movimento nacional em defesa das reivindicações dos explorados!

Pela aliança operária e camponesa contra a burguesia e seu Estado.

As enchentes no Nordeste refletem a política pró-imperialista

No Nordeste brasileiro, o inverno não se caracteriza pelo frio como convencional-se, mas na presença de chuvas, o que nesta região do país é bastante difícil de acontecer. O Nordeste caracteriza-se, sim, por ser uma região semi-árida (não-desértica) e, por razões geográficas, o sertão, uma das faixas do seu território, é aquela que não recebe chuvas. Porém, nesse ano, para a maioria dos Estados nordestinos, registrou-se altos índices de chuvas em todos os seus domínios, inclusive no sertão.

Entre outros Estados, no Rio Grande do Norte, Alagoas e Pernambuco, as chuvas registradas atingiram um sem número de municípios transformando o que seria fenômeno natural em verdadeiro quadro de tragédia. Trata-se de um real massacre às populações pobres que são as vítimas diárias dos governos corruptos que submeteram e submetem populações inteiras ao desastre das “cheias” dos rios, obrigando-as a conviverem com lixo, lama e inundações de cidades. Estas não recebem o tratamento de saneamento básico, drenagem e calçamento, o que leva à exposição de doenças e surtos endêmicos como dengue, leptospirose, doenças respiratórias etc.

As populações pobres, em sua maioria desempregadas e subempregadas, ao não terem como pagar aluguel ou ter sua própria casa, ocupam a periferia das ci-

dades, os aterros sanitários, as encostas das lagoas ou os morros, formando os bolsões de miséria, situação apenas permitida no capitalismo, que explora as massas e as expõe às condições subhumanas de vida para sustentar o parasitismo do sistema de exploração do trabalho às custas da miséria da maioria dos trabalhadores.

Nesse contexto, a tragédia humana das enchentes resultou, até agora, num saldo aterrorizador, digno de uma guerra, a perceber no RN, que em 98 teve na capital mais de 100 casas invadidas pelas águas, na periferia da Zona Norte. Em 2000, essa situação é estendida ao interior do Estado alagando casas e cidades. Isso levou a prefeitura da capital a forçar o decreto de estado de calamidade. No interior, a população havia mobilizado, anteriormente, nas reivindicações de condições básicas.

Em Alagoas, cidades são destruídas, resultando 27 mortes e 50 mil desabrigados; entre o litoral e zona da mata, dos 102 municípios, 30 ficaram em estado de emergência e 25 em calamidade pública. Enquanto isso, o governo de FHC, metido na corrupção envolvendo milhões de dólares, libera apenas a quantia de 50 milhões para “ajuda” aos municípios alagoanos atingidos.

No caso de Pernambuco, a situação não difere dos demais. Os desabrigados somam em torno de 50 mil; em cerca de 25 municípios registram-se 18 mortes.

Na capital, Recife, famílias encontravam-se morando em zonas alagadas, sem ter como saírem e para onde irem. Enquanto isso, FHC e os governos estaduais e municipais aproveitam-se da miséria das massas para acelerar a execução de programas voltados à “redução da pobreza do país” (como diz o Jornal do Estado) e culpam a “catástrofe da natureza”.

O governo de Pernambuco, um dos mais atingidos pelas enchentes, através do Secretário da defesa civil (Pedro Sanguinetti), o prefeito da capital (Raul Henry) e o governador Jarbas Vasconcelos (PMDB) pretendem parcerias para ajuda aos municípios e anunciam que o corte de 68% (cerca de 4 bilhões) no orçamento do Ministério da Integração Regional, não interferirá na assistência, desobrigando-se da total responsabilidade com os municípios.

Esses fatos mostram claramente a quem prestam homenagem esses apodrecidos governos, onde a preocupação principal é seguir as ordens dos credores internacionais, surrupiando os impostos para satisfazê-los. As enchentes expõem o estado de miserabilidade das massas, e ainda a podridão do sistema capitalista. Os partidos burgueses e seus governos usam da “calamidade” das famílias trabalhadoras para fazerem politicagem e toda sorte de corrupção com o dinheiro público.

Combater a estratégia reformista de colaboração de classe

O 7º CONCUT (Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores), que se realiza de 15 a 19 de agosto, elegerá a direção e reafirmará a política reformista do PT. A classe operária e os camponeses sem-terra não estarão majoritariamente no Congresso. A grande maioria dos delegados é extraída da burocracia dirigente dos sindicatos, os liberados (remunerados) para fazer sindicalismo. Os professores estão em maioria, por exemplo em São Paulo, com 109 delegados, eleitos no Conselho de Representantes, uma instância controlada pela diretoria (Articulação/PT). Excetuando as direções, os delegados não foram eleitos sob a base de uma ampla discussão das teses. Ao contrário, foram agrupados de acordo com os interesses das chapas em disputa para a direção da CUT. Para os burocratas, assumir a direção da CUT significa um passo para a vida parlamentar. Foi o que ocorreu com Lula, Jair Meneguelli e, agora, com Vicentinho.

Nesse CONCUT, a corrente Articulação circunstancialmente se encontra dividida. Disputam o aparelho da CUT três membros do PT/Articulação: João Felício, Mônica Valente e João Vaccari. Todos defendendo as posições da tese da direção nacional. O que mostra os interesses das frações burocráticas de uma mesma corrente política. O PCdoB lançou a candidatura de Wagner Gomes e as correntes da chamada esquerda estão se agrupando em torno de Jorge Martins. Sem exceção, todos estão na mesma condição de liberados nos aparelhos sindicais. Sem dizer que alguns estão distantes do trabalho há décadas, ou seja, sem nenhum vínculo direto com a classe.

A burocratização do CONCUT chega ao ponto de eliminar as teses das correntes políticas. O documento central é o texto base da direção nacional. As correntes, que têm participação minoritária na direção, apresentam apenas emendas ao texto base ou "subsídios para o debate". É assim que comparecem as posições de O Trabalho, Democracia Socialista, PCdoB e PSTU. O Texto base é o que aglutinará a maioria, embora expressa em três candidaturas.

A essência da tese da direção nacional - Articulação/PT

O ponto central é a confirmação das posições aprovadas "a partir do 4º CONCUT", ou seja, a criação de uma "CUT cidadã". O que significa a implementação de uma "resistência propositiva ao neoliberalismo". Tal "resistência" vai além das reivindicações econômicas (Salário, emprego etc) e, por isso, culmina na política de alianças com os movimentos sociais e partidos de oposição. O objetivo é "forjar uma alternativa ao governo neoliberal e suas políticas". Está aí a subordinação da Central à estratégia de um governo burguês, disfarçado de representante dos interesses populares.

A "CUT-cidadã é aquela que combinará "a luta institucional às lutas de massas". A finalidade estratégica é a conquista da "plena cidadania". E conclui que o apoio à candidatura de Lula foi "consequência dessa definição estratégica". O que quer dizer que a eleição do governo democrático popular é a forma de materializar a "alternativa ao governo neoliberal" e dotar os trabalhadores de "cidadania". Esta idéia completa a formulação da estratégia do governo burguês e da subordinação do movimento sindical ao eleitoralismo do PT.

O balanço feito dessa política aponta que, diante do agravamento social (desemprego, flexibilização do trabalho, desigualdades sociais e regionais, concentração de riqueza e poder nos centros e segmentos internacionalizados etc), "as forças de esquerda têm enfrentado dificuldades para se expressar desde 1994, mas mostram poder de reação recentemente e têm mantido e ampliado seu capital de votos nacionais desde 1989, além de crescerem em número de parlamentares e de executivos locais. Devem obter ótimos resultados nas eleições deste ano". Porém, ressalta que essas forças apresentem propostas "concretas" tanto em nível geral quanto específico. Precisam de capacidade de "elaboração e convencimento" para "derrubar o poder que têm as elites e a mídia de arregimentar a maior parte do

eleitorado em torno do voto conservador". Daí o papel dos movimentos sociais como "fonte de elaboração de propostas alternativas". Não perdendo de vista o propósito da "construção de um novo projeto político e econômico consoante com os interesses da maioria dos brasileiros". A tese reformista de um governo alternativo ao neoliberalismo em favor da maioria procura esconder que se tratará de um governo de sustentação do regime capitalista, de exploração do trabalho e opressão de classe.

Conclui que no atual momento o objetivo geral é a "ocupação crescente de espaços na disputa de poder que se trava na sociedade brasileira para influenciar as decisões políticas gerais". Isso levará a CUT a ser "ator de destaque na viabilização de um projeto de crescimento econômico com distribuição de renda e justiça social". O objetivo de ocupar espaços no Estado para influenciar as decisões contém a política de submissão do movimento operário ao aparelho estatal, que sempre estará em poder da burguesia se o proletariado não derrubá-la através da revolução.

As teses do reformismo petista são contra-revolucionárias

Extraímos a essência das proposições da corrente Articulação/PT para o Congresso Nacional da CUT. Não há novidade. Há tempo que a corrente majoritária dirigente da CUT caminha para posições de aberta colaboração com a burguesia e de combate aos princípios proletários da luta de classe.

O reformismo procura ser uma alternativa de esquerda no interior da política burguesa. Levanta a bandeira contra o governo neoliberal em favor de um governo burguês mascarado de defensor dos interesses da maioria dos brasileiros. É o tal do governo democrático e popular. Os redatores primam por esconder o caráter de classe do Estado burguês. Nenhum governo instalado nesse Estado, por mais apoio eleitoral que tenha das massas e por mais que controle os sindi-

catos, poderá deixar de exercer o poder econômico dos capitalistas contra a maioria trabalhadora. Equivale dizer que não poderá deixar de exercer a ditadura de classe da burguesia sobre a classe operária, camponeses pobres e demais oprimidos.

O reformismo comparece perante os olhos das massas oferecendo uma "alternativa" de aparente independência frente às frações capitalistas. Utiliza as organizações operárias, sindicatos e a CUT, como correia de transmissão de uma política contrária à luta de classe e oposta ao desenvolvimento da consciência revolucionária (comunista) dos oprimidos. Para ter êxito, a burocracia sindical dissolve o caráter de classe do Estado, obscurece a unidade entre Estado e ditadura de classe da burguesia e deforma a tática de luta dos explorados (ação direta) no seio da política institucional (democrática burguesa, parlamentar, eleitoralista).

Idéias como "voto conservador", para dar a entender de que o voto no reformismo frente populista é progressista, direito à "plena cidadania" aos miseráveis, derubada do "poder das elites" pelo voto e "ganhar espaços" no interior do Estado, através de parlamentares e cargos executivos, objetivam atrair as massas para os aparelhos eleitorais do reformismo petista e amortecer o ódio das massas ao Estado que exerce a opressão de classe.

As teses do reformismo são claramente contra revolucionárias. A burocracia corrompida política e materialmente serve de instrumento aos capitalistas para arrefecer o choque entre as classes e impedir que o proletariado compreenda a sua situação de miserabilidade como consequência das relações capitalistas de produção (exploração do trabalho e propriedade privada dos meios de produção).

A burocratização da CUT, cuja principal característica tem sido a de tirá-la do controle das bases operárias e transformá-la em um aparelho de sindicalistas profissionalizados e escolarizados nas dependências do Estado burguês, é uma manifestação organizativa da implementação da política reformista no movimento sindical. Não é por acaso que a burocracia eliminou a presença dos delegados de base e agigantou a presença de representantes da pequena burguesia e dos carreiristas eleitorais.

A política proletária para a CUT

Notamos que, via de regra, as correntes de esquerda, a exemplo do PSTU, evitam fazer a crítica às posições fundamentais do reformismo. Questionam alguns aspectos do colaboracionismo, mas passam ao largo das colocações estratégicas. Não caracterizam o reformismo como contra-revolucionário.

A razão está em que não desenvolvem a política sobre a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Fazem parte do espectro eleitoralista condicionado pelas teses do reformismo. Tanto é que a esquerda centrista tem o PT como referência para sua tática frentista, não só eleitoral (na greve dos professores SP, o PSTU esteve fortemente soldado à Articulação). Ocorre que expressa a influência do aparelho sindical e as pressões da vasta burocracia que se apropriou das organizações operárias.

Não se compreende que os sindicatos ou jogam um papel revolucionário, portanto de luta antiimperialista e anticapitalista, ou reacionário (de colaboração de classe). Não há mais lugar para reformas significativas no capitalismo, que se encontra na sua fase mais avançada de domínio monopolista e de decomposição. Qualquer reivindicação, por pequena que seja, colide com os interesses da burguesia e a luta direta das massas confronta abertamente as forças reacionárias do Estado burguês, incluindo o corrompido Parlamento. Isso explica por que a CUT se mostrou e se mostra prostrada diante das medidas antioperárias e pró-imperialistas do governo FHC. Sua direção chegou a colaborar com o governo dos monopólios como foi no caso da reforma da Previdência.

A política econômica da burguesia brasileira está a tal ponto integrada à estratégia da burguesia imperialista para a crise mundial que é impossível os sindicatos lutarem pela defesa elementar da vida dos explorados sem organizar a fundo um movimento revolucionário antiimperialista, que por seu desenvolvimento se transforma em fator da revolução proletária (anticapitalista). Também nesse sentido é que se explica o fato das direções sindicais colaborarem com as multinacionais na implantação de medidas de "flexibilização do trabalho" (Banco de horas, demissão voluntária etc).

A política reformista pretende ser uma variante econômica à orientação do impe-

rialismo, que seria implantada de forma democrática, através do voto, da alternância de forças no poder do Estado e sem luta de classe. Assim, o reformismo responde aos ataques antinacionais e antipopulares do governo e à crescente barbárie social, com a tese de que uma frente democrática e popular com determinadas forças do capital, apoiada nos sindicatos e no sufrágio universal, permitirá implantar uma linha nacional-desenvolvimentista. Trata-se de uma idealização reacionária, pois, de um lado, a situação de crise estrutural do capitalismo não permite uma reforma em favor da economia interna contraposta às tendências da crise mundial e, de outro, não é possível tomar medidas para solucionar a brutal crise social, sem agudizar a luta de classe.

A ação radical contra as teses político-ideológicas do reformismo é necessária para a atividade prática no seio do movimento operário. O reformismo bloqueia a luta de classe e canaliza a revolta dos oprimidos para as ilusões no Parlamento e na frente eleitoral com setores da burguesia. A política proletária, marxista, apóia-se inteiramente no método da ação direta. É por ele que o proletariado materializará suas reivindicações e criará as condições para a revolução socialista.

A esquerda centrista não pode travar o combate pela derrota ideológica do reformismo, porque não se baseia na edificação de um programa que tenha por estratégia a ditadura do proletariado, o governo operário e camponês, a aliança da classe operária com o campesinato e a tática da frente única antiimperialista. No entanto, uma das premissas para o proletariado se constituir como classe capaz de tomar o poder do Estado é a de derrotar ideologicamente a burguesia. As teses reformistas são parte do ideário burguês. A derrota ideológica da burguesia está na razão direta da construção do partido revolucionário e da penetração do programa no movimento dos trabalhadores.

É preciso ressaltar que há uma ligação intrínseca entre a luta programática-ideológica contra o reformismo e a tática, entre a luta ideológica e a prática revolucionária contra o capital.

Está colocada a tarefa de construir uma fração revolucionária nos sindicatos e na CUT, que como tal trabalhe por destruir a influência ideológica e prática do reformismo sobre o movimento operário e demais trabalhadores.

Eleitoralismo toma conta das esquerdas

As correntes de esquerda legalizadas participam nas eleições municipais com a idéia do voto nos candidatos socialistas, no programa de defesa dos trabalhadores, contra a corrupção, no Fora FHC/FMI etc. A posição mais radical denuncia o reformismo por se aliar aos partidos da burguesia e faz menção a que os trabalhadores não depositem confiança de que através das eleições seus problemas serão resolvidos. No entanto, desviam-se da tarefa de mostrar à classe operária que o objetivo do partido é trabalhar pela revolução proletária.

Diz-se que os trabalhadores devem confiar em suas próprias forças e não se iludir com a eleição de um candidato, mas omitem o essencial: a necessidade de desmoralizar o poder burguês através da luta revolucionária pela destruição do Estado, o que implica defender o método insurrecional e o armamento dos trabalhadores.

Fala-se que só um governo dos trabalhadores pode responder ao programa dos oprimidos, mas se desvencilha da defesa da ditadura do proletariado.

Confunde-se governo dos trabalhadores com governo operário e camponês, como se fosse a mesma coisa, isso para obscurecer o oportunismo esquerdista.

Explica-se que as eleições são apenas uma etapa da luta contra os exploradores. Mas se omite que se trata de uma situação imposta pela democracia burguesa, para arrastar os oprimidos por detrás dos partidos dos exploradores. E que o objetivo do partido não é ganhar eleições, mas intervir contra a democracia burguesa, para combater as ilusões democráticas de que através do voto, do parlamento, dos cargos executivos e dos partidos ligados ao Estado se resolveriam os problemas da fome e miséria das massas. Para isso, tem de expor aos trabalhadores a tarefa de destruir o Estado pela insurreição armada das massas, da maioria nacional oprimida.

Se o partido tem condições de atuar com candidaturas, sem se adaptar às exigências legais e políticas do Estado burguês, está obrigado a apresentar às massas seu verdadeiro objetivo que é o de destruir a democracia burguesa atra-

vés dos métodos da revolução proletária e da estratégia da ditadura do proletariado. E expor os fundamentos programáticos e as tarefas de expropriação do grande capital nacional e imperialista.

O partido que é revolucionário não esconde das massas a defesa do comunismo. O que significa combater as deformações e os preconceitos burgueses impostos aos cérebros dos oprimidos contra o comunismo. A defesa do comunismo através do programa proletário e dos métodos da ação direta (greves, manifestações de massa, autodefesa armada, insurreição) é uma condição para o partido atuar nas eleições contra as ilusões democráticas, o eleitoralismo e o conjunto dos partidos da ordem capitalista.

Formulações como "candidaturas socialistas, independência de classe, programa de luta, governo dos trabalhadores" e uma lista de reivindicações acabam se tornando generalidades. Uma forma de se adaptar ao eleitoralismo com um palavreado esquerdista. É o que assistimos no conjunto das esquerdas eleitoralistas.

A tática eleitoral do PSTU é oportunista

O PSTU criticou o PT por se aliar a partidos burgueses (PFL, PDT, PSDB, PMDB e outros) em vários municípios. Também criticou pelo fato do PT abrir mão de "um programa de reivindicações" de amplos setores da classe trabalhadora como Fora FHC e não pagamento da dívida externa. Segundo o PSTU, o PT adotou um programa de oposição "moderada" ao invés de um programa de oposição "contundente" aos governos federal, estadual e municipais.

Porém, essa crítica se limita aos locais onde o PT seguiu essa linha política. O que impediu a coligação com o PSTU. Nesses lugares, restou para o PSTU o lançamento de candidaturas próprias. Onde foi possível, o PSTU está coligado com o PT/PCdoB. Eis aí o oportunismo eleitoreiro. O programa da frente PT/PCdoB é o mesmo para todos os municípios. O que houve foi a adaptação do PSTU ao programa burguês do PT.

A política eleitoreira do PSTU no centro operário

Em Diadema, o PSTU está chamando os trabalhadores a votarem no candidato petista José Fillipi. Fillipi já administrou a cidade e os oprimidos (os sem-teto, em particular) conhecem bem a sua conduta patronal. Foi uma administração para atender aos interesses das empreiteiras, dos banqueiros e serviçal da política pró-imperialista dos governos estadual e federal.

Já em Santo André, o PSTU critica a reeleição de Celso Dani-

el (PT) por ser privatista dos transportes e por aplicar o mais duro arrocho salarial ao funcionalismo. Aí o PSTU tem candidatura própria.

Em São Bernardo, o PSTU critica o PT por ter vetado a sua participação na coligação. Por isso, a alternativa foi lançar candidato.

Agora em São Caetano, o PSTU está apoiando o parlamentar petista Jair Meneguelli. Não é preciso explicar muito que Meneguelli, que dirigiu a CUT por muitos anos, foi o responsável pela política de colaboração de classe. Atuou para quebrar inúmeras greves e, com isso, favorecer a ofensiva patronal sobre os metalúrgicos do ABC. Meneguelli acabou se corrompendo na política parlamentar.

O ziguezague do PSTU

Em São Paulo e São José dos Campos, o PSTU lançou candidatos próprios. Em Bauru, está coligado com o PT.

No Rio de Janeiro, o PT vetou a participação do PSTU na coligação, assim como em São Bernardo. Daí a candidatura de Cyro Garcia. Em Niterói, o PSTU tem candidato a prefeito, mas apóia o "candidato da esquerda do PT", para vereador. No município de Volta Redonda, o PT comparece coligado com o PFL e PSDB e o PSTU tem sua candidatura.

No Rio Grande do Norte, no município de Natal e Açu, o PSTU lançou candidatos porque o PT se aliou ao PDT. Já em

Macau e São Tomé, o PSTU está soldado com o PT.

Esses exemplos são suficientes para demonstrar que essa corrente se apóia numa tática oportunista, objetivando se potencializar eleitoralmente. Arrasta por detrás do reformismo. Investe na construção de um partido que aglutine uma parte das bases do reformismo sem se delimitar estrategicamente e sem criticar o caráter contra-revolucionário da política pró-capitalista do PT.

“Programa de oposição moderada e programa de oposição contundente”

A verdade é que o PSTU pretendia fazer uma coligação total com o PT. A tática do oportunismo é de chamar os reformistas a uma frente dos trabalhadores para as eleições. Ocorre que o PT tem rejeitado uma aliança geral com os centristas do PSTU. Dessa forma, as coligações e apoios se dão localizadamente.

Mas como justificar estar aliado em Bauru e separados em São Paulo? O PSTU explica que em alguns lugares o PT está com um programa de “oposição moderada” e em outros com o de “oposição contundente”. Essa qualificação do programa obscurece a sua natureza de classe. Um programa é burguês ou proletário. A menção sobre o programa é uma fraude do PSTU para mascarar seu oportunismo. Não faz uma séria caracterização das posições petistas. Daí usar a adjetivação genérica de “moderado” e “contundente”.

O redator do Jornal “Opinião Socialista” dirá que foi específico ao dizer que o programa “oposição moderada” se distingue do de “oposição contundente” pelo fato de não conter bandeiras como Fora FHC e não pagamento da dívida externa. De forma que o PT possa fazer alianças com partidos burgueses que vão do PSDB ao PFL.

O critério de reconhecer em alguns lugares bandeiras que o próprio PSTU defende para estabelecer coligações com o PT

desconhece a necessidade de responder às posições do reformismo de conjunto. As diferenças entre as candidaturas do reformismo quanto às bandeiras citadas correspondem à própria política eleitoralista do PT. O fundamental é que esse partido de conjunto colabora abertamente com a burguesia e se coloca como inimigo frontal das posições que trabalham pela revolução proletária. Os candidatos reformistas poderão assumir algumas reivindicações nacionalistas e populistas. Estas devem ser submetidas também à mais severa crítica.

Nas eleições, qualquer apoio ou aliança eleitoral com o reformismo, caso haja uma situação que se justifique, a razão não deve ser a do seu programa. Isso por que o programa do reformismo será sempre de sustentação do capitalismo. Ao contrário, os revolucionários deverão sustentar a crítica programática e defender com unhas e dentes as posições do programa proletário.

O marxismo não tem por princípio negar-se apoiar eleitoralmente partidos reformistas. Não é preciso nos estender no exemplo dado por Lenin em relação ao Partido Trabalhista inglês. Trata-se de uma questão tática. Justamente por essa mesma razão é que os marxistas não podem apoiar os reformistas em toda e qualquer circunstância. É necessário que haja uma justificativa tática inconfundível que permita os marxistas utilizarem o apoio eleitoral para penetrar o programa revolucionário entre as massas que seguem o reformismo.

O PT já mostrou que é um partido completamente integrado no Estado burguês e que joga um papel de freio às lutas diretas da classe operária e demais explorados. Seus compromissos com os partidos burgueses - tanto é que já se alia ao PFL, utilizando-se para isso do mesmo argumento do PSTU - avançaram ao ponto de se constituírem em abertos colaboracionistas com o capital monopolista. Ajudar o reformismo a se fortalecer no aparelho do Estado através das eleições significa auxiliar a burguesia a estruturar uma variante política de contenção da luta de classes.

PSTU apresenta programa centrista para prefeitura

No dia 10 de agosto, no sindicato dos bancários, foi divulgado o “Programa Municipal do PSTU para Fortaleza”, que expressa as propostas políticas da candidatura de Raimundão nestas eleições. Antes de tudo, é bom frisar que o PSTU não está na Frente Popular (candidatura de Inácio Arruda), como destacou um de seus dirigentes, porque esta não lhe garantiu o “direito de crítica”. O que significa dizer que o problema não é a aliança com setores da burguesia (PDT, PSB) ou um programa pró-capitalista (“Fortaleza para todos”), mas a simples liberdade de crítica. Prova disso, é que, em Sergipe, o PSTU está na coligação “Aracaju para todos”, tendo como candidato majoritário o deputado federal do PT Marcelo Deda, com um programa tão burguês como o

de Inácio Arruda. Só não sabemos se com liberdade para suas “críticas”.

O interessante é que o PSTU apresenta-se como uma alternativa à política da Frente Popular. E vários trabalhadores e estudantes perguntam: por que não votar nas candidaturas do PSTU? Não é sectarismo o **voto nulo programático**? O Raimundão não é um companheiro operário? Não é de luta?

A resposta a tais questionamentos exigem certas definições políticas.

● PSTU não é um partido revolucionário

A força dos trabalhadores reside em seu lugar na produção, no seu número, na sua organização e na sua unidade

contra seus inimigos, a burguesia nacional e o imperialismo. Para tanto, é necessário a construção de um Partido Revolucionário que expresse um programa de independência de classe, ou seja, que defenda os interesses históricos do proletariado: a estratégia da revolução e ditadura proletárias para a construção de uma sociedade sem classes, o comunismo. Essa é a herança de Marx, Engels, Lênin e Trotsky. Essa é a principal lição da Revolução Russa. Um Partido Revolucionário, para cumprir sua tarefa de levar as massas à vitória, necessita delimitar-se programaticamente das correntes políticas que afastam-se da estratégia socialista como o stalinismo, a social-democracia, o nacionalismo burguês e o centrismo. Assim, sua constru-

ção exige um ajuste de contas, um balanço autocrítico das inúmeras vertentes do movimento operário. O Partido Revolucionário, portanto, não é uma federação de tendências ou de diversas tradições. A não compreensão disso conduz a um partido centrista, que oscila entre um discurso revolucionário e uma prática reformista.

Eis a essência centrista do PSTU que tem "o projeto de construir um grande partido revolucionário de massas capaz de unir todas as forças da esquerda socialista brasileira" (Opinião Socialista nº 100), "esquerda" essa que em muitos casos foi responsável por derrotas históricas do movimento operário. Na verdade, a matriz política do PSTU é o "morenismo", variante do "pablismo", corrente responsável pela liquidação da IV Internacional. Daí a tática de "Frente Única Revolucionária" (FUR) para construir "partidos revolucionários de massa" sem delimitação programática e a integração na frente popular (eleições, "Fóruns pela Cidadania", luta por CPIs, etc.). Por isso, apesar de reconhecer que as "relações com a burguesia e a institucionalidade fazem com o PT se constitua, hoje, num grande obstáculo para o desenvolvimento da ação direta 'dos de baixo' e para que a maioria explorada e miserável do nosso país derrote esse sistema injusto e excludente" (idem), nega-se a denunciar a política pró-capitalista do PT para as massas.

Isso ocorre porque, de fato, o PSTU é uma variante da "esquerda petista democratizante", que não coloca a vigência da ditadura do proletariado como objetivo estratégico, isto é, a destruição do Estado burguês por meio da revolução proletária. Sem essa perspectiva qualquer programa, por mais "radicalismo" que aparente, não contribui para desenvolvimento político do movimento operário-popular. Tal fundamento, está acima da honestidade ou combatividade de qualquer companheiro. Muitos dos que tombaram defendendo o "socialismo num só país" e a "revolução por etapas", eram lutadores abnegados e sinceros, apesar de defenderem uma política contra-revolucionária.

Partido centrista, programa centrista

O caráter centrista e democratizante

do PSTU expressa-se claramente em seu "Programa Municipal". Primeiro, não há uma caracterização das eleições, campo próprio de disputa das frações burguesas, nem do Estado burguês (Prefeitura), instrumento da ditadura capitalista sobre os trabalhadores. Tudo fica em torno de questões genéricas de colocar a "campanha eleitoral à serviço da luta e das reivindicações dos trabalhadores e dos setores populares", de que "sem luta a vida não vai mudar" ou de que "o regime 'democrático' de nosso país está podre e em crise". Para combater a corrupção na Câmara, limita-se a defender "a redução do atual salário dos vereadores para um salário de um trabalhador especializado, fixando um teto de R\$ 2.000,00", esquecendo que a corrupção é própria do regime burguês e do seu Estado. Quanto à dívida de Fortaleza, propõe "a suspensão de todos os pagamentos e uma auditoria imediata em toda a dívida para apurar sua origem" para garantir o orçamento para Educação, Saúde e um Plano de Obras Públicas. Além desses pontos, há outros relacionados com redução da jornada de trabalho, transportes, saúde, educação, impostos e moradia, sempre apontados a um governo eleito.

O caráter centrista e democratizante da política do PSTU revela-se na questão da segurança pública, do funcionalismo municipal, dos conselhos populares e do segundo turno.

Para a segurança pública o "PSTU defende a dissolução da PM e a criação de uma polícia única, civil, de caráter preventivo, democrática, com direito de greve e sindicalização e que seja proibida de reprimir manifestações populares", ao mesmo tempo propõe que "as comunidades organizem seus próprios esquemas de segurança e combate a violência", além de um "Conselho Municipal de Segurança" composto por sindicatos, associações, entidades de direitos humanos e até pela OAB, que subordinaria a polícia e os Grupos de Autodefesa da Comunidade. Trocando em miúdos, o monopólio da "segurança pública" permaneceria nas mãos do Estado burguês ("polícia democrática"), controlada por um "conselho" burguês (pois a "cidadania" e a sociedade de mercado é o horizonte político da OAB, das entidades de direitos humanos e da maioria das direções do movimento operário-

rio-popular), ficando a auto-organização das massas ("Grupos de Autodefesa da Comunidade") em último lugar.

Para os funcionários municipais o PSTU "se compromete a implantar uma política salarial que reponha periodicamente as perdas com a inflação", ou seja, nada de salário vital de R\$ 1.900,00, o que é elementar para a sobrevivência das massas.

Porém, é na proposta de Conselhos Populares que o PSTU distancia-se mais da estratégia da revolução proletária. Primeiro, "chamaria os partidos e organizações operárias, estudantis e populares (...) para governarem a cidade de Fortaleza". Além disso, propõe "a formação de Conselhos Populares regionais, centralizados por um Conselho Popular Municipal com poder deliberativo sobre 100% do orçamento e das principais decisões da Prefeitura". Quando lembrado, durante o debate, que esta tarefa está nas mãos da apodrecida Câmara Municipal, um dos dirigentes do PSTU respondeu que os Conselhos Populares, pressionariam os parlamentares para a aprovação de suas reivindicações, isto é, tudo, em última instância, dependeria da boa vontade dos Vereadores burgueses. Isso por que os Conselhos Populares não surgem, pela proposta do PSTU por iniciativa das massas. Primeiro, elege-se o Raimundão Prefeito, depois, sua Administração organiza os Conselhos Populares para estes serem instrumento de pressão sobre o Estado burguês.

Por último, quando questionado da posição do PSTU se a Frente Popular fosse para o segundo turno, um dirigente deu sua "opinião pessoal" de apoiar Inácio Arruda (PC do B, PT, PSB, PDT e PCB). Então, perguntamos para que o esforço de uma candidatura própria, se todos os caminhos parecem levar à Roma?

Existe uma Alternativa?

A ausência da estratégia da revolução e ditadura do proletariado conduz o PSTU a reeditar no seu "Programa Municipal" as teses da escola marxista austríaca da década de 20, criticada por Trotsky (Terrorismo e Comunismo, o Anti-Kautsky) que propunha, entre outras aberrações, a combinação do Estado burguês com os soviets, isto é, misturar o instrumento de ditadura da burguesia

com a auto-organização dos explorados e oprimidos.

O POR, pelo contrário, parte das tarefas antiimperialistas e anticapitalistas da revolução brasileira, das necessidades das massas e na experiência histórica da classe operária, sintetizada no Manifesto Comunista, nos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista e no Programa de Transição da IV Internacional. Segundo as Resoluções do II Congresso da Internacional Comunista, "os Comunistas se obtiverem a maioria nas municipalidades devem: a) dirigir uma oposição revolucionária contra o poder burguês; b) esforçar-se por ajudar, por todos os meios, as

camadas mais pobres da população (medidas econômicas, criação ou tentativa da criação de uma milícia operária armada, etc.); c) revelar em qualquer ocasião os obstáculos levantados pelo Estado burguês a todas as reformas radicais; d) desenvolver sobre esta base uma propaganda revolucionária enérgica sem temer o conflito com o poder burguês; e) substituir em certas circunstâncias as municipalidades por Sovietes de deputados operários. Toda ação dos comunistas nas municipalidades deve integrar-se na sua atividade geral para derrubada do Estado capitalista".

Assim, o programa que os revolucio-

nários apresentam nas eleições burguesas é o que busca mobilizar os trabalhadores, que lutam por melhores condições de vida e de trabalho, para seu objetivo estratégico, a derrubada do capitalismo, por meio da ação direta das massas e de sua auto-organização, visando uma sociedade sem classes. Para isso, é necessário defender a construção da Frente Única Antiimperialista, desmascarar a democracia burguesa, denunciar a frente popular com o seu eleitoralismo esquerdista, combater o centrismo e lutar sem tréguas contra a burguesia, o imperialismo e o Estado burguês.

PT e PCdoB, excrescência do movimento operário em Icó-CE

O reformismo petista.

No município de Icó-Ce, o reformismo selou uma coligação para as eleições municipais de 2000 (PT, PSDB, PPS), depois de negociar algumas secretarias, como Educação e Agricultura. Falsamente coloca que a próxima gestão municipal será mais democrática que a

atual para os trabalhadores.

O estalinismo

O Pcdob, no mesmo município, realizou novamente a coligação (PMDB, PL, PFL, PTB, PDT e PCdoB) em torno do mesmo prefeito, que persegue e reprime os trabalhadores.

Nossa posição

Os marxistas leninistas trotskistas não apoiamos frações burguesas e latifundiárias que estão em disputa pelo poder, defendemos o ponto de vista do proletariado, que é independência de classe na luta pela destruição do capitalismo e a construção do socialismo, ou seja, a revolução proletária.

O encoberto um dia aparece

Um dos representantes da Conferência Episcopal da Alemanha, Rudolf Hammerschmidt, reconheceu: "A Igreja Católica da Alemanha utilizou trabalho forçado em todo território do Terceiro Reich durante o período nazista (...)" (Folha SP). A mesma revelação foi feita pela Igreja Católica da Áustria. Pessoas de várias nacionalidades foram escravizadas pela Igreja.

Mas não foi só as autoridades católicas que se utilizaram do totalitarismo nazista para obrigar pessoas a servirem como escravos aos seus interesses materiais. Um mês antes da declaração de Rudolf, a Igreja Protestante Alemã trouxe à luz do dia (provavelmente, diriam à luz de Deus) sua miserável conduta pró-nazista.

Católicos e protestantes tiveram Unidos sob o manto redentor do Terceiro Reich, rezaram (católicos) e oraram (protestantes) sob os pés da ditadura nazi-fascista.

Não se trata de ficar escandalizado

frente ao colaboracionismo dos fervorosos cordeiros de Deus. As Igrejas fazem parte da sociedade de classe, expressam a ideologia da exploração do trabalho e são ultra-apegadas à propriedade privada dos meios de produção.

O materialismo histórico diz que foi o homem que criou Deus, em contraposição ao dogma do idealismo de que foi Deus que criou o homem. Se os trabalhadores observarem bem, verão que a Igreja utiliza a crença da felicidade no céu, na vida após a morte, para subjugar as massas à sociedade escravizadora do homem pelo homem.

Não é por acaso que essa instituição de opressão dos operários e camponeses segue servindo os interesses terrenos (materiais) dos exploradores e se nutre deles. Conforme a situação histórica e política, as Igrejas agem para preservar seu lugar na sociedade de classe. Se a burguesia sustenta sua ditadura de classe com a democracia, as Igrejas se vestem com os paramentos democráticos; se

vem a ditadura, fazem o mesmo; e se uma fração do imperialismo lança mão do nazi-fascismo, praticam os mesmos métodos totalitários, a ponto de utilizar o trabalho escravo.

Os trabalhadores precisam abrir os olhos diante dos acontecimentos históricos, porque é nos grandes acontecimentos, como a ascensão do nazismo, que as Igrejas revelam partilhar do fogo do inferno terreno contra as massas. A Igreja Católica, a mais antiga delas, tem um trajeto marcado pela opressão sobre os pobres e miseráveis, sempre partilhando do poder da classe exploradora. Mas, de fato, todas as Igrejas são tributárias dos opressores.

Na Alemanha e Áustria nazistas, as Igrejas escravizaram o corpo de uma pequena parcela - como dirão, de uns poucos casos - , que agora receberão uma indenização (observem a solução terrena), mas o seu papel mais significativo é o de escravizar as mentes de multidões, a serviço da escravização moderna do capitalismo.

É necessário continuar o enfrentamento com o governo neoliberal

O governo Covas sentiu a força de nossas manifestações. Mas a falta de união na greve, enfraquecida por uma parcela que temeu sair à luta, e a desconfiança em relação à direção impediram que o movimento quebrasse a inflexibilidade do governo.

Terminada a greve, Covas manteve a repressão aos lutadores. O objetivo é o de quebrar a vontade da ala combativa dos professores de resistir à destruição da educação e à degeneração da profissão do educador. Ao mesmo tempo, reforçar naqueles que não lutaram o temor e a falsa idéia de que o melhor a ser feito é continuar com a cabeça baixa diante da reforma neoliberal. O governo quer que a parcela lutadora se iguale à parcela que se manteve atemorizada e que serviu para quebrar a força do movimento grevista.

Com a repressão em torno da reposição, descontos, faltas, ameaças de demissão etc, o governo espera dissolver a vontade de luta e fazer regredir o movimento para a idéia de que a classe não tem força para derrotar a política governamental e que a greve não é um bom instrumento.

A direção do sindicato se apóia nessas pressões governamentais para retomar sua linha de não mobilizar e de insuflar a ilusão de que a saída está nos abaixo-assinados, nos recursos judiciais e nas petições parlamentares. Temos o dever de rechaçar o açoite do governo e denunciar o oportunismo da burocracia sindical, que se utiliza das dificuldades de se retomar a luta grevista e de massa.

A repressão governamental é uma medida política para desorganizar o movimento. E a resposta da direção burocrática de se socorrer com pedidos aos parlamentares também é uma ação política que reforça a parcela dos professores contrária a luta grevista. Devemos compreender que nossa resposta também deve ser política. E a política dos trabalhadores é o de organizar a força coletiva da classe. Trata-se de trabalhar pela superação da divisão entre grevistas e não-grevistas, reorganizando o movimento de massa contra o governo repressivo.

Covas amplia a ofensiva para a implantação da reforma do ensino médio

Com o rótulo de "Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio", o governo do Estado iniciou o "convênio com o MEC/BID", onde obterá os recursos complementares para o ensino médio. O próprio governo diz que esses recursos só virão em 2001, mas mesmo assim começará um "projeto piloto ainda nesse segundo semestre. Está aí a reforma dos credores imperialistas sendo implantada pelo PSDB.

O termo de adesão determina que sejam escolas exclusivas de ensino médio ou que tenham esse nível. Porém, é preciso que existam pelo menos 10 salas com o grau médio. Outra condição é a de que o diretor e o professor (s) e coordenador (es) possam freqüentar a chamada capacitação, com duração de três dias, no mês de setembro. O governo diz que selecionará 180 escolas e que cada uma delas receberá 20 mil reais para as "adaptações nos espaços pedagógicos e materiais. Mas somente 60 dessas receberão ajuda adicional. A escolha dependerá da empenho do diretor, professores e coordenadores no treinamento. Por fim, termina dizendo que o prazo de adesão encerrará no dia 15 de agosto.

Como se vê, a reforma do ensino médio será implantada com a colaboração de uma parcela de diretores, coordenadores e professores. Para concordar com a reforma governamental, o governo acena com dinheiro. O governo comprou os prefeitos para impor a reforma do ensino fundamental, através do Fundef. Agora, oferece uma esmola de 20 mil reais para obter 180 escolas.

A reforma educacional do BID/BIRD vem sendo imposta sob a base da corrupção. A continuidade dessa reforma implica em mais corrupção. É o que ocorre com as verbas do Fundef. O dinheiro da educação foi para os bolsos dos empresários, do narcotráfico e para os bolsos de prefeitos e governadores. A reforma privatista do ensino médio também será aplicada sob a mesma base: a compra de adesões.

A reforma do ensino médio propõe a eliminação de disciplinas, redução do número de aulas de todas as disciplinas e a diminuição da carga horária anual para os alunos. Essa reforma destinará, em algumas séries, quase 40% da carga horária para a chamada parte diversificada. Ou seja, as parcerias com a iniciativa privada. Traz como essência a terminalidade da vida escolar dos alunos. O aluno sairá sem possibilidade de emprego e sem nenhuma condição de disputar uma vaga nas universidades. Trata-se portanto, de uma reforma que visa a oferecer um ensino para os pobres, filhos de trabalhadores. Um ensino onde o Estado não pode gastar além dos 10%. As escolas terão de correr atrás de dinheiro para não morrer à mingua. Daí as parcerias. Por isso, seu objetivo é ampliar e privatizar.

Diretoria da Apeoesp e PSTU juntos novamente

As propostas de realização de um plebiscito e os debates nas regiões foram as únicas ações aprovadas na reunião do Conselho da Apeoesp. A diretoria e o PSTU se opuseram a realização de uma assembléia para organizar a luta de resistência contra a implantação da reforma. A diretoria se limitou ao plebiscito e o PSTU à antecipação da data do plebiscito para antes das eleições municipais.

A diretoria e o PSTU estiveram juntos nessa greve. Ambos estavam soldados na defesa da via parlamentar/eleitoreira. Combateram as propostas de radicalização do movimento. Agora, novamente estão agrupados em torno do plebiscito e da não realização de assembléia. Semeiam ilusões de que o plebiscito e ato poderão barrar a reforma privatista.

Por uma assembléia massiva e reorganização do movimento grevista

Diante das punições, alguns professores dizem que não é possível mais fazer greve durante o governo de Covas. Dizem que a experiência das duas últi-

mas greves contra esse governo foi suficiente para mostrar que não cederá a nenhuma das reivindicações. A diretoria da Apeoesp aproveita desses argumentos dos professores para retomar uma política contrária a greve. Ou seja, a política das campanhas, da coleta de assinaturas e das ilusões parlamentares.

Se, de um lado, os professores têm ra-

zão em dizer que o governo é intransigente, por outro, estão equivocados em relação a greve. O movimento não arrancou as reivindicações porque ainda não superou o corporativismo das direções, não avançou o suficiente na radicalização da luta e não alcançou a união da classe. Ficar calado nas escolas só ajudará o governo a continuar com as medi-

das de destruição das condições de trabalho e com a aplicação da reforma privatista da educação.

A defesa de uma assembléia, amplamente convocada, para reorganizar o movimento grevista é o único caminho que os trabalhadores da educação têm para combater as novas medidas governamentais.

Por dentro do Plano de Carreira dos Funcionários da Educação - SP

Quais foram os argumentos do governo para não implantar um plano de carreira para os funcionários da educação?

1-) Existem dois quadros de servidores dentro da educação: um específico, que é o QAE (Quadro de Apoio Escolar), e outro de servidores que é o QSE (Quadro de Servidores da Educação), que é comum a outras secretarias. Esta argumentação a Secretaria da educação utilizou por algum tempo para evitar as discussões sobre o plano de carreira.

2-) Depois afirmou que só seria possível discutir apenas um plano de carreira para o Quadro de Apoio Escolar, isto é fazer demagogia com os funcionários da educação.

3-) Durante os anos de 97, 98 e 99, a Secretaria da Educação arrastou essas discussões. Dizia que, para implantar um plano de carreira, teria de fazer contas para saber se o orçamento permitiria que a folha de pagamento aumentasse os gastos.

4-) Foi assim até abril de 2000, quando a Secretaria sentiu que a categoria iria para a greve em unidade com os trabalhadores em educação.

O que fez a Diretoria do Sindicato

Apoiou-se nas promessas eleitorais de Mário Covas (do primeiro mandato), que prometia plano de cargos e salários para os trabalhadores da educação. Apegou-se à enganação de que o governo cumpriu a promessa para os professores e não o fez para os funcionários da educação.

Elaborou então um plano de carreira conforme as promessas eleitorais:

- Piso de R\$ 610,00, conforme jornada de 20 horas de PEB-I
- Diminuição de Jornada de Trabalho para 6 horas

- Concurso público para a transformação de um único quadro da educação
- Evolução funcional conforme escolaridade e evolução quando de cursos etc..

Diante das pressões da Secretaria da Educação, foi enxugando o plano:

- Retirou o QSE da proposta e o plano passou a ser somente do QAE
- Retirou a reivindicação da diminuição da Jornada de trabalho
- Retirou a reivindicação do piso salarial
- Acabou sobrando a reivindicação das incorporações das gratificações e do concurso público.

Para se contrapor às enrolações da Secretaria da Educação, soltou balões, mandou aerogramas para o governador e para os deputados, fez atos e mais atos durante 3 anos.

Quando ocorreram as discussões da Campanha Unificada, retirou-se desta, aceitando a proposta da Secretaria da Educação.

Qual a proposta do governo?

- Incorporar as gratificações em duas vezes (01/04/2000 e 01/09/2000)
- Abrir concurso público para secretário de escola, no ano de 2001, para agente de organização escolar
- Fazer uma junção do cargo de Inspetor de aluno e Oficial de escola (agente de organização escolar).

Esta proposta foi feita em 28/04/2000, e tinha como condição a saída dos funcionários de escola da campanha salarial.

A posição da diretoria do sindicato

- Aceitar a proposta da secretaria

- Retirar-se da campanha

O argumento utilizado é que é melhor pouco do que nada, nem que este pouco deixasse de fora um setor inteiro da categoria.

O que apresentou o governo?

O plano de carreira para o quadro de apoio escolar foi aceito pela diretoria do Sindicato em abril, a Secretária da Educação apresentou a proposta que enviaria à Assembléia Legislativa neste mês (agosto/2000)

O que contém o Plano de Carreira:

A incorporação das gratificações, que não modifica a situação salarial da categoria.

Atrrelamento do Estável e dos novos concursados às avaliações periódicas para os integrantes que se efetivarão. O estágio probatório será de 36 meses, sendo avaliado periodicamente em 6 pontos:

- Assiduidade
- Eficiência
- Disciplina
- Aptidão
- Dedicção ao serviço
- Boa conduta.

Todas as avaliações serão feitas pelos Diretores de Escola e pelo DRHU. (Departamento de Recursos "Humanos").

A Evolução profissional está submetida a Fator produção Profissional. Que é avaliada segundo critérios da Secretária que são: Assiduidade, Produções individuais e Projetos coletivos. E ao Fator atualização, ou seja cursos, escolaridade etc...

Por que o governo não pode implantar um verdadeiro plano de carreira?

1-) Os serviços públicos são um peso para o Estado, porque leva uma parte do dinheiro para pagar o funcionalismo,

que poderia pagar juros da dívida externa e interna.

2-) Além disso, o governo federal impôs a Lei Camatta (gastar apenas 60% da folha de pagamento dos Estados e municípios), para sobrar dinheiro para o pagamento da dívida.

3-) O Estado de São Paulo cumpre esta lei à risca. Portanto, mantém o arrocho salarial há 06 anos para funcionalismo.

4-) Para os Funcionários da Educação a política é de terceirização. Neste sentido, deu alguns passos com a reforma educacional com as empresas terceirizadas e com as Frentes de Trabalho, pagando apenas R\$ 150,00 e sem nenhum tipo de

benefício empregatício

Aí está a política do governo: A destruição dos serviços públicos.

E aí está a política de conciliação de classes da diretoria do sindicato, que nestes 06 anos foi incapaz de lutar contra o governo, deixando de lado as reivindicações por salários e emprego.

A posição da Corrente Proletária

Denunciou a diretoria do sindicato por aceitar os argumentos da Secretaria da Educação, por não confiar nos trabalhadores e se submeter aos parlamentares

corrompidos para pressionar o governo (parlamentares do próprio governo). O fracasso da política da burocracia do sindicato se concretizou com um miserável Plano de Carreira da secretaria da Educação. Mesmo agora que a demissão está incluída no plano de carreira, a diretoria acredita que poderá impedir mandando emendas aos deputados.

É neste sentido que chamamos os companheiros a fortalecer a Corrente Proletária na Educação, levantando o método de luta próprio dos trabalhadores para combatermos contra o governo que arrocha nossos salários, e procura de todas as formas tirar nosso emprego.

Mossoró

Assembléia na casa organiza estudantes

Atualmente, na casa do estudante hitam 153 estudantes, dos quais 55 são alunos da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), 35 do (CEFET), 15 da Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM), o restante são de diversas escolas estaduais. Sendo que todos os residentes são oriundos de outros municípios.

A casa é mantida pelo governo do estado do Rio Grande do Norte (RN) e, atualmente, enfrenta vários problemas, por exemplo: escassez de alimentação,

degradação da estrutura física, elétrica, hidráulica, armários e beliches estragados e em quantidade insuficiente.

Os estudantes, que se organizam em busca de resoluções dos problemas da casa, acreditam que os problemas existentes nesta instituição são decorrentes dos descasos das autoridades "responsáveis". São elas: Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Prefeitos da região, já que todos os residentes são oriundos dos municípios da região, também o Reitor

da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), que não dispõe de residência universitária e que se omite a ajudar na manutenção da casa.

Em discussão, os estudantes decidiram que a partir de então irão lutar de forma enérgica por melhores condições da Casa, pois já estão cansados de serem enganados com falácias das autoridades "responsáveis" e de continuarem convivendo com os sérios problemas que afetam todos os residentes.

Curso de formação política

O Partido Operário Revolucionário dá prosseguimento à formação política permanente. Nesse segundo semestre, o estudo se concentrará na teoria marxista do partido. Extrairemos a rica experiência do Partido Bolchevique, da III Internacional da época de Lenin e Trotsky, e, nos dias de hoje, do Partido Operário Revolucionário boliviano. Procuraremos verificar os princípios, a estrutura e funcionamento do partido diante da construção do partido marxista-leninista-trotskista no Brasil.

Compreender o que distingue o partido revolucionário dos partidos centristas de esquerda e dos partidos burgueses, que incluem os reformistas, é necessário para organizar solidamente a vanguarda militante. Renunciar ou desprezar a teoria do partido significa apagar as experiências e conquistas do proletariado internacional na sua luta pela revolução socialista. Ou seja, renunciar a revolução.

Chamamos os trabalhadores e a juventude a participarem do curso permanente com o objetivo de formar o POR.

O curso contará com o estudo de 2 livros: *O Partido e sua Organização* (Guilherme Lora) e *A Organização do Partido e a III Internacional* (teses dos quatro primeiros Congressos Mundiais da Internacional Comunista 1919-1923). Apresentamos abaixo o roteiro:

6 de agosto: apresentação e início do estudo sobre cap. I - Programa e sua Organização, Guilherme Lora.

3 de setembro

Da obra: "O Partido e sua Organização", de Guilherme Lora capítulo I - Programa e sua Organização

capítulo II - Partido e militante

8 de outubro

Da obra: "O Partido e sua Organização", de Guilherme Lora

capítulo III - A célula como organização básica do Partido

capítulo IV - O centralismo democrático

Do livro - A Organização do Partido e a III Internacional

III - O dever de trabalhar dos comunistas

VIII - O nexo entre o trabalho legal e trabalho ilegal

5 de novembro

Da obra: "O Partido e sua Organização", de Guilherme Lora

capítulo IV - O centralismo democrático

capítulo V - Crítica e autocrítica

capítulo VI - A direção partidária

Do livro - A Organização do Partido e a III Internacional

II - A centralização democrática

VII - A estrutura do conjunto do partido

3 de dezembro

Da obra: "O Partido e sua Organização", de Guilherme Lora

capítulo VII - A imprensa partidária

capítulo VIII - Organizações paralelas

Do livro - A Organização do Partido e a III Internacional

IV - Agitação e Propaganda

V - A Organização das Lutas Políticas

VI - A Imprensa do Partido

O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação, escrito por Guillermo Lora iniciado no Massas n.º 160

Manual do Organizador O que se fez e o que devemos fazer agora. (1ª parte)

O Partido Operário Revolucionário se autodefine como uma minoria (vanguarda) do proletariado; no caso boliviano trata-se da minoria de uma pequena minoria, isso é o proletariado como referência para a população boliviana.

Seria absurdo deduzir desta justa caracterização que o POR deva se esmerar em permanecer como um pequeníssimo punhado de militantes. Alguns acreditam que desta forma se converterá em um diminuto partido de revolucionários superdotados. Não é difícil comprovar que, desta forma, se pretende encobrir a incapacidade de penetrar no seio das massas e de organizar a sua vanguarda.

A minoritária vanguarda precisa de uma estrutura celular que lhe permita estar presente em todas as partes, onde as massas estiverem, participar nas lutas delas. O partido que luta, através de seus militantes organizados em células, junto aos explorados, desde o seio deste, é que pode dirigi-los. É este Partido, que deixando de ser grupo de propaganda ou uma seita, se converte em organização de massas. Um partido poderoso não só por seu número de militantes, mas sim por sua férrea organização. O Estado Maior da Revolução não pode se estruturar de outra forma.

O Partido de massas (o POR batalha para sê-lo) tem de ser numericamente poderoso, além de sua elevada capacidade política, cujo o ponto de partida é o

programa, e sua estrutura celular. Devemos entender este numericamente poderosos com relação a situação dada.

Numericamente poderoso não só porque tem de ter uma rede de células no interior das várias camadas das massas, convertido em seu cérebro e em seu sistema nervoso; mas porque o Partido Revolucionário é o marco organizativo da vanguarda da classe revolucionária; também, o centro aglutinador e educador dos melhores elementos das outras classes sociais ganhos para a causa revolucionária. Não podemos esquecer que o proletariado, por ser chamado a transformar a sociedade, assimila o melhor das classes sociais em decomposição. O canal em que se opera esse processo (e isto certamente é fundamental) é o partido revolucionário.

O trabalho organizativo e a própria estrutura interna do Partido variam de acordo com sua evolução e a situação política: se se trata de um círculo propagandístico, ou de uma direção decidida a atuar no seio das massas; se é um período de derrotas e de retrocessos das massas ou se estamos no início da onda revolucionária onde se supõe que os explorados impõem a vigência de um mínimo de garantias democráticas. O movimento das massas não pode prosperar pelos canais clandestinos.

Definida qual seja a natureza da realidade política, deve proceder-se de imediato no ajuste organizativo, a adoção de métodos de trabalho adequados.

Isto exige que os militantes devam estar devidamente armados para poderem

enfrentar com êxito a nova realidade. A tarefa básica do militante revolucionária consiste em saber dar as respostas adequadas a todos os problemas que as massas enfrentam em sua existência diária (esta é a forma concreta com que se aplica e vivifica o programa do Partido e da IV Internacional, que é nosso Partido Mundial), e de cristalizar estas respostas em consignas precisas e que tenham capacidade de mobilização. Porém, isto não é tudo, o trabalho cotidiano deve permitir atrair, educar e organizar os melhores elementos da classe. Tal é o mecanismo mediante o qual se pode estruturar um poderoso Partido Revolucionário no seio das massas e no meio da luta de classes.

Muitos, vítimas, na realidade, dos hábitos adquiridos nas discussões informais no movimento, se consolam pensando em um poderoso Partido forjado em laboratórios ou em bibliotecas, à margem de toda contaminação perniciosa do mundo exterior. Este curioso produto seria quimicamente puro e perfeito desde o primeiro dia de seu surgimento e acabado de uma vez por todas. O marxismo e a experiência desmentem semelhante superstição.

Não devemos nos esquecer que o Partido Revolucionário é a expressão da consciência da classe do proletariado e que se forja, se educa e se aperfeiçoa na relação com os avanços que fazem as massas na luta contra a opressão e a exploração. É isto o que queremos dizer quando sustentamos que o partido revolucionário somente pode se forjar na luta de classes.

Antecedentes da Frente Antiimperialista

A frente antiimperialista é a tática subordinada à estratégia da classe operária para seu emprego exclusivo nos países atrasados (coloniais e semicoloniais), onde a revolução tem de ser realizada pela nação oprimida. O documento respectivo foi aprovado pelo IV Congresso da Internacional Comunista com o título, de nenhuma maneira casual, de "Teses gerais sobre a questão do Oriente". O Segundo Congresso incorpora formal-

mente os problemas nacional e colonial como um dos problemas fundamentais da Internacional Comunista. A Internacional se movia junto ao poderoso influxo dos movimentos nacionais. Em 1920 tem lugar a revolução turca de Mustafá Kamal, com quem Moscou cooperará, em que pese o fato dos turcos terem degolado os dirigentes comunistas. Pérsia, Índia, China, Indonésia são sacudidas por convulsões sociais que não se podia

ignorar.

O índio Roy e muitos outros delegados de países coloniais apresentaram uma verdadeira oposição no seio da Internacional, denunciaram que muitos partidos comunistas europeus metropolitanos desenvolviam uma política francamente colonialista. As idéias de Roy foram incorporadas nas resoluções a respeito.

Diferentemente da soci-

al-democracia (II Internacional), a Terceira teorizou, organizou e dirigiu os movimentos nacionalistas. A direita social-democrata era abertamente colonialista e sustentou que a colonização pelas metrópoles capitalistas dos países periféricos era proveitosa e progressista; a esquerda pleiteou o problema com imprecisão e sem poder safar-se de todo da concepção geral reformista.

Antes do IV Congresso, a Internacional Comunista adotou a tática da Frente Única Proletária para as grandes metrópoles, onde a classe operária permanecia presa às redes da social-democracia. Adotou-se tal tática esperando que a previsível traição dos reformistas ao programa comum anticapitalista permitiria aos partidos comunistas ganhar as massas controladas até então por eles.

A tática da Frente Antiimperialista foi adotada para os países atrasados, buscando arrastar as massas que estavam sob a direção do nacionalismo, isto porque se calculava que o nacionalismo não poderia deixar de ir, na prática, con-

tra o programa antiimperialista. Em ambos os casos as frentes estavam destinadas a potenciar o Partido Revolucionário da classe operária. Por esta razão recomendou-se que se pusesse em pé e se fortalecesse os partidos comunistas nas colônias e semicolônias.

Vale a pena pontuar alguns antecedentes que se deram na Bolívia. Antes dos anos cinquenta, não se fala nada da Frente Antiimperialista. A própria resolução do IV Congresso foi conhecida muito tarde e somente circulava uma versão francesa. As famosas Teses de Pulacayo, o documento de maior transcendência do movimento operário, pleiteia como tática a constituição da Frente Única Proletária e com tal nome se impõem nas eleições de 1947 os componentes do Bloco Mineiro Parlamentar (pacto entre a FSTMB e o POR). As teses, que partem da revolução permanente, desenvolvem a teoria da revolução em um país semicolonial e colocam na base da sua estratégia a aliança operária e camponesa. Seguramente, esta contradição

entre os enunciados gerais e a tática não permitiram a conformação de uma poderosa frente antiimperialista durante as grandes mobilizações que tiveram lugar no sexênio rosquero. Foram os próprios trotskistas, sem esperar as objeções vindas de outras tendências políticas, os que submeteram a uma severa autocrítica à adoção da Frente Única Proletária.

O POR demorou muito tempo antes de assimilar devidamente a lição. A Frente Antiimperialista aparece, pela primeira vez, nas discussões com o pablismo, que em 1954-1956 conduziram o partido até a cisão.

É somente depois de 1964 que é incorporada como um dos objetivos centrais do partido no seio das massas. Aos trotskistas bolivianos, deve-se a recuperação revolucionária da consigna, retomando as fontes do IV Congresso da Internacional Comunista e é graças a sua intervenção que agora se discute nas fileiras quartointernacionalistas.

Continua

Argentina:

Ante o XI Congresso do Partido Obrero

O *Partido Obrero* tornou pública a realização de seu XI Congresso nos dias 24 a 28 de maio e realizou inclusive uma Sessão Aberta no dia 25/05, às 14 hrs.

O Congresso de um Partido é sua máxima instância organizativa e se este Partido for da classe operária e tiver como estratégia a ditadura do proletariado, sua realização é ultra-secreta para a burguesia, pois se supõe que é uma organização conspirativa, que luta para derrubá-la do poder. Então como devemos entender PO tornar pública a data e o local dessa instância suprema e convocar uma sessão aberta do mesmo?

O *Partido Obrero* entende que a democracia burguesa, na época imperialista, lhe garante os direitos democráticos até o limite de poder tornar a convocação pública e de fazer uma Sessão Aberta do Congresso do Partido, ou seja, participar de seu congresso, igualando o nível político-organizativo de seus militantes profissionais com quem qui-

ser participar e assim decidir sobre seu programa, sua tática, sua direção!

O *Partido Obrero* considera-se integrado à partidocracia burguesa perante a qual não sente a necessidade de esconder sua máxima instância organizativa, nem evitar que participem publicamente de seu Congresso. Já que integrado politicamente à burguesia, suas resoluções congressuais são elaboradas por seus dirigentes às costas das bases, quer dizer, burocraticamente. Essa instância suprema, para a direção do PO, não tem a importância política que tem para uma organização da classe operária, que tenha como objetivo cumprir a missão histórica de classe. Trata-se de uma clara manifestação do abandono de seus supostos objetivos revolucionários e que descamba em expor sua concepção democratista, burguesa, anti-revolucionária de Partido

Ao longo de sua história foi acentuando sua integração ao Estado burguês até o limite que alcança hoje. Que longe

ficou a original *Política Obrera* do rumo revisionista tomado pela atual direção do *Partido Obrero*, que esvaziou programaticamente o que prometia ser, até alguns anos atrás a construção do Partido Revolucionário do Proletariado, que na sua época agrupou boa parte do melhor da vanguarda operária.

Nós militantes de então, que já não pertencemos mais a este aparato democratizante, constatamos hoje o caminho revisionista percorrido por essa direção, que foi um dia embrião do Partido Revolucionário (*Política Obrera*), até convertê-lo em um novo obstáculo para que se por em pé o Estado Maior da classe operária: sua direção revolucionária, o Partido Operário Revolucionário, seção Nacional da IV Internacional, que as correntes que se organizam no CERQUI (Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional) lutam para construir.

(Extraído do Masas Argentino n.º 149 de 14/07/2000)

60 anos do assassinato de Leon Trotsky, a mando de Stalin

A crise capitalista reafirma: socialismo ou barbárie; o estalinismo está falido.

O POR está realizando uma série de palestras, debates e outras atividades a respeito.

Pegue nosso manifesto com o distribuidor deste jornal.